



## Apresentação

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno  
Rubio José Ferreira

*cerrado do oeste baiano, julho de 2023*

Com a voz dos povos originários amazônicos a ecoar no registro do seu texto de abertura, a Revista Sul-Sul de Ciências Humanas e Sociais apresenta este Dossiê temático, coordenado pelos professores Dr. Flávio Marcelo Rodrigues Bruno (UNIPAMPA) e Dr. Rubio José Ferreira (UFOB), sobre a proteção e a preservação do meio ambiente no contexto Sul-Sul Global, com o título: *A natureza em Abya Yala: reflexões e desafios sobre a proteção e a preservação do meio ambiente na perspectiva do socioambientalismo, do buen vivir e de pachamama.*

Abya Yala é um termo que representa uma concepção de mundo dos povos originários das Américas, isto é, aquelas pessoas que habitavam o Continente Americano antes da chegada dos colonizadores (PORTO-GONÇALVES,2009). A palavra tem origem na língua Kuna, um dos idiomas falados na região do norte colombiano e sul da América Central. Nesse sentido, Abya Yala simboliza um resgate em prol da reafirmação das raízes dos povos originários e de sua identidade, ao mesmo tempo em que questiona a imposição de fronteiras, tomadas de territórios, apropriação de seu meio ambiente e divisões políticas e culturais herdadas e combatidas desde os colonizadores. O ideal por trás do termo é que todas as terras do Continente Americano fazem parte de uma unidade, uma grande aldeia sul global, que precisa ser preservada e cuidada em harmonia com a natureza e todos os seres vivos que a habitam, portanto, em conexão direta com o pensar

socioambiental.

Em relação ao socioambientalismo, trata-se de uma corrente de pensamento que busca integrar as dimensões sociais e ambientais na construção de políticas públicas e práticas socioeconômicas sustentáveis, parte da compreensão de que as relações entre seres humanos e ambiente são interdependentes e interconectadas, e que a proteção do meio ambiente está intrinsecamente ligada à promoção da justiça social (SANTILLI, 2005). Dessa forma, ela propõe a busca por soluções que contemplem a preservação dos ecossistemas, a valorização da diversidade cultural e a promoção da equidade social. Procura integrar ações de conservação da natureza e desenvolvimento humano, conciliando objetivos sociais, econômicos e ambientais. Daí ser uma corrente de pensamento adotada por muitos movimentos sociais e organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo, como uma forma de enfrentar os desafios ambientais e sociais do nosso tempo, uma verdadeira reafirmação da filosofia do buen vivir dos povos originários andinos.

Nessa direção, o buen vivir, enquanto filosofia originária dos povos indígenas dos Andes, busca resgatar uma concepção de vida baseada em relações harmônicas e equilibradas entre os seres humanos, a natureza e o cosmos. O termo tem como ideal a felicidade individual e coletiva por meio do cuidado e da preservação do meio ambiente, da promoção da justiça social, da valorização das culturas e saberes ancestrais dos povos originários (Acosta, 2016).

Essa filosofia enfatiza a importância da cooperação, do diálogo e do respeito mútuo na construção de sociedades mais justas e igualitárias, em que o bem-estar das pessoas não se sobrepõe ao bem-estar da natureza e das outras formas de vida. O buen vivir propõe uma nova forma de pensar e agir, que valoriza a simplicidade, a solidariedade e a espiritualidade, em contraposição à lógica do consumo, da competição e da exploração dos recursos naturais. Trata-se de uma visão de mundo que busca superar as dicotomias entre natureza e cultura, indivíduo e coletivo, local e global, em favor de uma perspectiva mais integrada e holística.

O conceito de buen vivir tem ganhado espaço em debates sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas na América Latina, como alternativa ao modelo econômico neoliberal que tem causado desigualdades sociais e ambientais em muitos países da região. Ao adotar o buen vivir como um princípio orientador, governos e movimentos

sociais buscam construir sociedades mais justas e equilibradas, em que o bem-estar humano esteja integrado ao bem-estar do planeta como um todo, proporcionando maior respeito e cuidado a vital pachamama.

Pachamama é um termo que tem origem nas línguas indígenas dos Andes, especialmente no Quechua, e é utilizado para se referir à Mãe Terra<sup>1</sup>. Para os povos andinos, Pachamama é uma divindade que representa a natureza, a terra, a fertilidade e a vida, e é considerada como um ser vivo e consciente, que merece respeito e cuidado.

A figura da Pachamama está associada a rituais e cerimônias que expressam a gratidão dos povos andinos pela terra e pelos recursos naturais que ela fornece, e o desejo de protegê-la e preservá-la para as gerações futuras. O conceito de Pachamama tem sido cada vez mais difundido como uma expressão da conexão e interdependência entre os seres humanos e a natureza, e como um chamado para uma mudança de perspectiva em relação à forma como nos relacionamos com o planeta. A Pachamama tem inspirado muitos movimentos socioambientais na América Latina e em outras partes do mundo, que buscam promover a proteção do meio ambiente e a valorização das culturas e saberes ancestrais.

Este dossiê é especialmente voltado para a consolidação da publicação de textos que incidem no Sul-Sul Global e que demonstram ou dimensionam experiências e perspectivas originais sobre os desafios ambientais e as estratégias de proteção e preservação do meio ambiente. O texto inicial “Antropoceno em reflexão: o pensar sobre as alterações climáticas, o humano, a natureza e a responsabilidade ambiental do Estado” é de autoria de Flávio Marcelo Rodrigues Bruno e Carlos César Ramírez Sosa. No estudo, os autores abordam o debate atual e profundo sobre o clima, em especial, na perspectiva ambiental dos direitos fundamentais, a crise climática e as alterações em razão do aquecimento global justificam esta pesquisa, sobretudo em razão dos mais recentes acontecimentos mundiais que envolvem a temática.

Percebe-se a importância de elucidar as tendências internacionais de responsabilização do Estado, na perspectiva de que o resultado advindo dos litígios climáticos, exerça uma forte pressão diante dos governos em prol de uma mudança efetiva na condução de políticas climáticas de combate ao aquecimento global, realizando um movimento importante de consolidação do clima enquanto direito fundamental essencial

---

<sup>1</sup> Para saber mais, ver: <http://porlasendadelahistoria.blogspot.com/2022/10/el-mito-de-pachamama-y-los-willkas.html>.

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e consolidando a justiça climática na ordem jurídica internacional. Buscou-se evidenciar que o Estado deveria dar uma contribuição adequada, maior do que sua contribuição atual ou prevista, para evitar a mudança climática e os perigos dela decorrente.

Na sequência, o autor Santiago da Silva Andrade, no texto “Amazônia: notas sobre História Ambiental, natureza e biodiversidade”, discute de que forma a historiografia sobre a Amazônia incorporou o conceito de natureza em suas interpretações, seja de maneira direta - tomando-o como objeto principal de análise -, seja de maneira indireta - articulando-o, como categoria histórica relevante, a abordagens econômicas e sociais diversas. Pretende-se que o panorama aqui construído seja capaz de esclarecer a historicidade dos vínculos entre a biodiversidade amazônica e a construção do território e da sociedade na Amazônia.

Em “Conflitos Socioambientais envolvendo populações tradicionais à luz da expansão do agronegócio na região oeste da Bahia”, os autores Prudente Pereira de Almeida Neto e Alessandro Oliveira Silva discutem os conflitos socioambientais entre o agronegócio e as populações tradicionais na Região Oeste da Bahia. Partindo da reflexão da relação ‘Ser Humano e Natureza’ dos pontos de vista do pensamento científico e chegando aos conflitos derivados do avanço do agronegócio e dos interesses do capital sobre os territórios tradicionais. Com a expansão das fronteiras agrícolas ocorreram várias mudanças na realidade da região oeste da Bahia, tanto em aspectos positivos de investimento em infraestruturas, desenvolvimento econômico, e outros, da mesma forma houveram aspectos negativos, como os impactos ambientais derivados do desenvolvimento das atividades agrícolas e expansão das lavouras sobre o Cerrado, a exploração dos recursos hídricos, queimadas, desmatamento, contaminação dos solos e das águas, entre outros, impactando diretamente sobre o modo de vida e a própria sobrevivência de todos moradores da região e em especial, das comunidades tradicionais que habitam o Cerrado. E como arquétipo desse conflito este trabalho aborda o caso do município de Formosa do Rio Preto, no Oeste da Bahia, com o propósito de evidenciar a realidade em que essas populações tradicionais estão inseridas no cenário cada vez mais ocupado pelas grandes fazendas do agronegócio. Trata-se de um levantamento bibliográfico de documentos, entre estudos e relatórios afins, assim como de plataformas digitais com finalidades semelhantes.

Os autores Jonivan Martins de Sá e Rafael Sides, no estudo “Contextos de formação em perspectiva socioambiental”, apresentam as possíveis relações entre a noção de contexto de formação apresentada na obra de Sá (2022) e questões relacionadas à perspectiva do socioambientalismo. Para tal, partem da crítica a perspectivas dicotômicas advindas da ciência moderna, como a separação epistemológica entre sujeito e objeto que degenera em uma visão de separação entre os corpos e o ambiente onde são produzidos. Nesse mesmo sentido, exploram questões como a ontogenia e filogenia humana, sinaptogênese e plasticidade cerebral, enquanto processos biológicos centrais para uma compreensão efetiva acerca das relações constitutivas entre os seres humanos e os ambientes que os cercam. Ao final, buscam explorar como a noção de contextos de formação pode auxiliar na efetivação de um socioambientalismo educacional.

A produção de resíduos que geram poluição é cada dia maior no mundo. A partir deste argumento é desenvolvido o trabalho intitulado “Práticas de educação ambiental no âmbito educacional”, em que os autores Roberto Barboza Castanho, Tauane Eduarda Antunes Mendonça e Bianca Estefani Martins Ribeiro ressaltam a importância das práticas de cuidado, preservação e conservação do meio ambiente, tendo em vista que o ambiente educacional é um estratégico lugar onde as informações sobre educação ambiental podem ser feitas com intuito de reforçar tais práticas em seus cotidianos, dentro e fora das escolas.

No texto, “A importância em divulgar a Geologia para a sociedade: uma síntese dos principais conceitos que contemplam Geoparques e novos olhares”, os autores Fernanda Luft Souza, Mauro Daniel Rodrigues Bruno e Victória Herder Sander demonstram que o conhecimento do público em geral acerca da geologia é fundamental para a conservação do planeta e manutenção da vida em sua superfície, considera-se também de ampla importância a compreensão de conceitos como geodiversidade, geopatrimônio, geoconservação, geoturismo e geoparque que são conhecidos no âmbito acadêmico como 5 Gs. A disseminação desses temas, assim como a divulgação de ações que impactam nas comunidades locais, permitem incentivar a difusão do conhecimento geocientífico e a conservação dos recursos naturais. Com a finalidade de promover ações relacionadas aos 5Gs, nos últimos anos diversas ações têm sido realizadas na América do Sul, em especial, no Brasil, o que tem despertado o interesse de diversos agentes de transformação, a exemplo, dos líderes comunitários, gestores públicos e iniciativa privada.

Neste contexto, grande parte destas ações visa, principalmente, incentivar o turismo de modo sustentável e a conservação dos recursos naturais. Entretanto, ações que visam resultados a longo prazo, como a educação das novas gerações para a preservação ambiental do planeta, ainda são escassas. A literatura sobre os 5Gs é ampla e diversa, entretanto, tem sido difundida em linguagem técnico-científica voltada essencialmente para acadêmicos e carente de uma linguagem apropriada para o público leigo no tema. Este estudo pretende aproximar o leitor do conhecimento geológico com base nos conceitos dos 5Gs, assim como divulgar exemplos de ações que difundem estes conceitos, especialmente, para as novas gerações.

Com um especial olhar local, que atenta para transformações urbanas em áreas onde a natureza e o seu valor passam por sobreposições, Rubio José Ferreira e Luís Paulo Campos Soares, autores do texto “Reflexões sobre o espaço urbano de Barreiras-BA e o uso da natureza na cidade: mudanças recentes na organização espacial do centro histórico às margens do Rio Grande” discutem os processos e os mecanismos responsáveis pela produção/reprodução, organização/reorganização e transformação do espaço, retratando a importância da Geografia no desenvolvimento de reflexões voltadas ao reconhecimento das dinâmicas espaciais. Neste contexto, a cidade toma a natureza como objeto de uso e posse, pois, o faz como alvo da atratividade comercial, e também para atender as necessidades do capital e da procura por moradia. A cidade de Barreiras tem importância histórica na região, propiciou seu crescimento populacional de modo acelerado, alcançando a nomenclatura e características de cidade média. Entretanto, a precariedade no planejamento territorial da expansão urbana, resultou em problemas na distribuição desse contingente populacional. Desta forma, a espacialização de ações de caráter social, econômico e político são vistas como os principais instrumentos que subsidiam a formação do espaço geográfico. O principal objetivo desse trabalho é analisar as mudanças na ocupação das áreas da cidade e a valorização imobiliária de locais antes territorialmente menosprezados e possíveis indicativos de desigualdade e heterogeneidade espacial e social.

Há necessidade de uma discussão sobre os direitos dos animais sob uma perspectiva ética. É com esta premissa que Muriel Pinto e Graciane Pedó Nunes, autoras do estudo intitulado “Animais Sencientes: sobre a Ética Animal e o direito a uma vida digna”, no qual, primeiramente, fizeram uma breve análise acerca da Ética Animal e o que discorrem os

filósofos utilitaristas em suas contribuições para o tema. Em um segundo momento, estuda-se acerca das políticas públicas que podem ser propostas para os animais em situação de rua.

Encerrando este Dossiê temática, o texto “Direito dos agricultores, sistemas agrícolas e proteção de cultivares”, de autoria de Nilva Plautz, Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira e Airton Guilherme Berger Filho, analisa em que medida se deu o reconhecimento e de como foram colocados em prática os direitos dos agricultores, que assumem uma hegemonia de pressupostos vinculados com uma função substancial de conservação e utilização sustentável da agrobiodiversidade. Discutindo sobre a distinção entre agricultores tradicionais/familiares e os agricultores convencionais/empresariais, intimamente relacionados aos sistemas de cultivo formal/convencional/institucional e informal/tradicional/local também retratados no contexto. Reportando aos modelos de conservação das variedades agrobiodiversas, que são mantidos no local em que se originaram (*in situ*), fora de seu habitat natural (*ex situ*) e os mantidos no campo/roça, local em que se procedeu a adaptação (*on farm*), mesmo não sendo este seu lugar de origem, além de explanar sobre as vantagens e desvantagens de cada um destes sistemas, e se estes estão recebendo algum incentivo para a conservação e manutenção da diversidade Fitogenética.

Portanto, consideramos a leitura deste dossiê uma valiosa e fundamental oportunidade de se conhecer estudos, pesquisas e pessoas pesquisadoras que têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre a proteção e a preservação do meio ambiente em países do Sul-Sul Global, com acesso a trabalhos que exploram as interconexões entre as comunidades locais e a natureza, a importância do conhecimento tradicional e o papel das organizações da sociedade civil na defesa do meio ambiente, no combate às alterações climáticas e, sobretudo, no resgate e na reafirmação da importância da relação ecocêntrica entre ser humano e natureza.

## Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. Editora Elefante. Editora Autonomia Literária, 2016.

GONZÁLEZ, César. El mito de Pachamama y los Willkas. História-K. martes, 25 de octubre de 2022. Disponível em: <http://porlasendadelahistoria.blogspot.com/2022/10/el-mito-de-pachamama-y-los-willkas.html> Acesso em: 31 jul. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005. Realização Instituto Internacional de Educação do Brasil e Instituto Socioambiental.